



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E A SUA FORMAÇÃO

Susana Dias Amaral*
(UESB)

Leila Pio Mororó**
(UESB)

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar aspectos da formação do professor de educação infantil oferecida através de ações do poder público municipal, identificando a sua realização, sob o ponto de vista dos professores. Para tanto, utilizou-se de procedimentos de coleta de dados como: o questionário, a entrevista e a pesquisa documental. O questionário foi aplicado a todas as professoras que lidam com a educação infantil nas creches municipais em turmas de crianças de 4 e 5 anos e a entrevista foi realizada com a gerente da coordenação do setor de educação infantil da Secretaria de Educação. A pesquisa demonstrou que a formação inicial proporcionada não tem sido considerada em todos os seus aspectos em relação ao trabalho a ser desenvolvido pelo professor de educação infantil e a formação continuada no município, destinada a professores da educação infantil, é escassa e, quando existe, acontece de forma fragmentada e esporádica.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores – Educação Infantil – Políticas Educacionais

* UESB, discente do Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Grupo de Pesquisa NEFOP. E-mail: Susana.sda@hotmail.com

** UESB, docente titular, doutora em educação. Grupo de Pesquisa NEFOP. E-mail: lpmororo@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Introdução

Nas últimas décadas, apesar dos consideráveis avanços sobre o nível de formação necessária ao professor para atuar como docente, na educação infantil manteve-se no Brasil a exigência como formação mínima apenas o curso normal em nível médio (BRASIL, 1996).

Reconhecendo que uma política voltada para a formação dos profissionais do ensino se faz necessária para a educação, pois garante ao professor melhores condições de trabalho em sala de aula, a pesquisa realizada buscou investigar a política de formação inicial e continuada de professores da Educação Infantil desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) do município de Vitória da Conquista. Para tanto, analisou o contexto de trabalho dos professores de educação infantil, as políticas de formação inicial e continuada oferecidas aos mesmos e levantou as opiniões dos docentes sobre como estão inseridos nessa política, estabelecendo um paralelo entre a opinião dos professores e as informações fornecidas pelos dirigentes da Secretaria de Educação do município sobre a questão.

O objetivo da pesquisa foi o de buscar compreender os aspectos que permeiam a formação do professor de educação infantil oferecida através de ações do poder público municipal, identificando as suas contribuições, sob o ponto de vista dos professores, para a melhoria da atuação docente. Para tanto, foi necessário a utilização de procedimentos de coleta de dados como: o questionário, a entrevista e a pesquisa documental.

O questionário foi aplicado a todas as professoras que lidam com a educação infantil nas creches municipais. Vale a pena ressaltar que, apesar da existência de salas de educação infantil em escolas municipais, optamos em estabelecer um recorte nas dezesseis creches que possuem turmas de crianças de 4



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

e 5 anos. A maioria das instituições está localizada em bairros periféricos e uma delas fica em zona rural. Foram visitadas tanto as creches conveniadas à prefeitura, como também as municipais, pois as professoras da rede municipal atuam em ambas.

A entrevista foi realizada com a gerente da coordenação do setor de educação infantil da Secretaria de Educação e nos proporcionou maior oportunidade de compreensão da realidade da formação inicial e continuada empregada pela Secretaria Municipal de Educação do município.

Para a análise de dados estatísticos sobre os professores da rede, de creches, localidades etc. e também para a compreensão do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (realizado pela universidade em parceria com a prefeitura), foi necessário o levantamento dos documentos pertinentes.

A nossa pesquisa demonstrou que a formação inicial proporcionada não tem sido considerada em todos os seus aspectos em relação ao trabalho a ser desenvolvido pelo professor de educação infantil e a formação continuada no município, destinada a esses professores, é escassa e, quando existe, acontece de forma fragmentada e esporádica.

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira delas discutimos a situação da formação de professores no Brasil e que concepção de formação o projeto em vigor propaga. Na segunda parte apresentamos os dados coletados, analisando como tem se dado a política (ou sua ausência) de formação inicial e continuada dos professores da educação infantil do município de Vitória da Conquista.

Por fim, defendemos a necessidade de definição de políticas de formação dos profissionais do magistério em todas as esferas de decisões políticas e pedagógicas dessa formação, de maneira a que seja garantida não apenas a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

mudança de números, das estatísticas, mas, efetivamente, a transformação do processo de profissionalização docente.

A formação de professores no Brasil: projetos e práticas

No cenário atual da educação brasileira, a formação do professor é tida como eixo principal da implementação das reformas políticas na educação existentes e, tem como objetivo mudar os números, valorizando a certificação. Na contribuição para a efetivação dessas reformas, está a formação universitária por um lado e a formação continuada por outro.

A formação universitária é entendida nesse contexto como uma forma de melhor qualificar o profissional de educação e engajá-lo para a profissionalização, pois esta formação representa um maior aprofundamento dos conhecimentos e domínio do exercício profissional. Entretanto, nem sempre o ensino superior contribui para tais objetivos. Principalmente porque o Brasil tem sido diretamente influenciado por uma concepção de formação docente que, segundo Miguel e Vieira (2008), prioriza o modelo em serviço através de cursos emergências, provisórios, quase sempre à distância ou com o emprego de módulos de ensino, por que são de baixo custo. Optou-se no país pela formação aligeirada, tendo como fim o aumento do número de profissionais diplomados com nível superior, diminuindo o custo da formação e alterando as estatísticas que “mascaram” a realidade.

Maués (2003, p. 101) enfatiza que, além da universitarização, a ênfase na formação continuada é outro componente da reforma da formação do magistério. Para a autora, existe um pensamento de que a formação contínua vem preencher as falhas da formação inicial. Entretanto, o que temos observado é a formação continuada contribuindo para o aligeiramento da formação inicial, sob o argumento que esta não atenderia às demandas sociais. Assim, caberia à formação



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

inicial dar apenas as noções gerais sobre o trabalho docente, deixando o restante para a formação contínua.

Segundo Kramer (2005), no que se refere à formação do professor de educação infantil a situação é mais grave, pois não existe na formação inicial uma preparação adequada a esta etapa da escolarização, sabendo que qualquer profissional pode atuar nessa etapa bastando que, para tal, tenha o normal médio (antigo curso de magistério).

Apesar disso, segundo as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, aprovado em maio de 2006, este curso passou a ser responsável pela formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, duplicando, portanto, os critérios de entrada para esses níveis de ensino.

Tais situações agravam o processo já tão caótico de profissionalização da docência, instituí, como veremos a seguir nos dados apresentados, na educação infantil e nos anos iniciais a permanência de docentes em “desvio de função” e estabelece como definitivo o que deveria ter apenas o caráter de provisório e de emergente que é a formação inicial em serviço, que segundo Gatti (2008, p. 59), passaram a ser dada como um complemento da formação, uma vez que os professores já estão trabalhando nas redes de ensino.

Com todos esses problemas, podemos perceber que mesmo depois de toda luta histórica para que as crianças pequenas tivessem reconhecido o seu direito a educação, ainda nos deparamos com a luta para assegurar que essa mesma educação seja conduzida por profissionais que compreendam a infância, suas singularidades e o processo de organização dessa educação. Isto é, profissionais que, a partir de uma sólida formação, sejam capazes de relacionar a teoria com as vivências cotidianas da educação na sociedade, refletindo sobre sua prática e propondo mudanças que contribuam para o acesso à cultura sócio-histórica por



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

qual a sociedade vem vivenciando. Estamos nos referindo, portanto, a uma formação específica, sólida e bem referenciada e não apenas de uma “solução” estatística.

A seguir, a partir dessas constatações, discutiremos como o município de Vitória da Conquista tem organizado a formação dos professores de educação infantil e como vem sendo pensada as formas de viabilizar tal formação às professoras dessa etapa, buscando relacionar a opinião das professoras com a visão da gestão do grupo de EI da SMED e procurando compreender qual a concepção de formação que ampara o trabalho.

A formação dos professores de educação infantil de Vitória da Conquista

Segundo os dados da Secretaria Municipal (2010), o município possui 69 professoras que atuam com educação infantil em creches e escolas e 233 monitoras, que fazem o acompanhamento das turmas de creche (2 e 3 anos de idade). Atualmente o monitor faz praticamente o mesmo trabalho do professor, porém ganhando menos. Foram aplicados questionários apenas às professoras que trabalham nas creches onde funcionam salas de pré-escola. Das quarenta e cinco (45) docentes que receberam, trinta e seis (36) devolveram os questionários.

Todas as professoras que responderam os questionários são do sexo feminino. Dessas, cinco tem idade entre 20 e 30 anos; vinte e uma tem idade entre 31 e 40 anos; cinco tem entre 41 e 50 anos e três tem entre 51 e 60 anos de idade. Duas professoras não responderam a essa questão.

Quanto ao tempo de serviço, das 36 professoras, oito responderam que têm de 0 a 5 anos (22%); nove de 6 a 10 anos (25%); nove de 11 a 15 anos (25%); três de 16 a 20 anos (8%); cinco de 21 a 25 anos (14%) e uma de 26 a 30 anos (3%). Uma professora não respondeu a essa questão.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Dessas professoras, catorze (14) tem formação apenas em nível médio (normal médio), mas cinco (5) já estavam freqüentando cursos de graduação (1 em Pedagogia, 1 em Biologia e 3 em Letras); catorze (14) tem graduação em Pedagogia, sendo que seis delas participaram do curso de formação oferecido pela UESB em parceria com a Prefeitura (originalmente denominado como Licenciatura em Educação Infantil e Séries Iniciais) e uma (1) é formada pelo curso normal superior. Onze (11) professoras possuem cursos de graduação distintos: três (3) são graduadas em letras, três (3) em história e cinco (5) delas são graduadas em geografia, biologia, matemática, administração e teologia, respectivamente. Uma das professoras não respondeu esse item do questionário.

O município de Vitória da Conquista convive hoje com duas formas de contratação de docentes: por concurso público e através de seleção para o exercício de trabalho temporário. Do grupo de professoras investigado, onze (31%) são contratadas e vinte e cinco (69%) são efetivas. No grupo de professoras contratadas, sete (7) possuem apenas o curso normal médio, duas (2) têm graduação em Pedagogia e duas (2) possuem outra formação superior que não aquela que habilita para o exercício do magistério na Educação Infantil. Entre as docentes que possuem apenas o curso normal médio, duas estavam concluindo o curso de Letras. No grupo de professoras efetivas, sete (7) delas têm apenas o curso normal médio. Dessas, três estavam cursando Pedagogia, Biologia e Letras, respectivamente. Doze (12) são graduadas em Pedagogia, uma (1) em normal superior e as demais tem graduação em cursos de História (2), Geografia (1), administração (1), matemática (1), Biologia (1), Letras (1). A professora que não apontou a sua formação também é efetiva da rede municipal de educação.

Das docentes graduadas, sete (7) delas já haviam terminado pelo menos um curso de pós graduação lato sensu e outras sete (7) estavam cursando na época da coleta de dados dessa pesquisa.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Se tomarmos a formação superior como formação mínima, poderíamos afirmar que 42% das professoras de Educação Infantil em Vitória da Conquista estão em “desvio de função”, isto é, apesar de possuírem o nível superior, este não é específico para a formação do professor de educação infantil. E esta situação tende a se agravar uma vez que muitas das professoras que não têm graduação estão fazendo cursos como o de geografia, agronomia, letras etc. Entretanto, como sabemos, a LDB (BRASIL, 1996) admite como formação mínima para atuar na Educação Infantil o curso normal médio, o município ainda não demonstrou atenção ao fato de que as suas profissionais do ensino estão cursando graduações diversas e que não possuem proximidade com as especificidades da educação da infância e o seu espaço escolar. A ausência dessa compreensão é explicada, muitas vezes, pela velha noção da “vocação” para se tratar crianças pequenas:

[...] porque eu digo assim, tem que ter perfil. Às vezes a pessoa que tem geografia, história tem até esse perfil, mas não teve oportunidade na época, fez outro curso, mas tem o perfil. E às vezes é um pedagogo e não tem o perfil. Então eu acho que o mais importante é esse perfil. (COORDENAÇÃO DO GRUPO DA EI-SMED).

Essa é uma das questões preocupantes a respeito da ausência de políticas públicas para a formação dos professores da Educação Infantil. Sobre essa questão, a gerente da coordenação do setor de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação (SMED), em entrevista, afirmou que as dificuldades do município eram, tanto não ter em seu quadro professores graduados em Pedagogia em número suficiente para atender ao Ensino Fundamental e à Educação Infantil, bem como o fato dessa última passar a ser responsabilidade da secretaria de educação a pouco tempo.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

De acordo com os dados, tanto do questionário quanto da entrevista, percebemos que não existe no município, ainda, uma preocupação maior na formação dos professores. Segundo Kramer (2005), a LDB de 1996 afirma que a educação infantil é direito de todas as crianças por ser a primeira etapa da educação básica. “Coloca-se, assim, a necessidade de ações educativas de qualidade, o que demanda a formação dos profissionais da educação infantil [...]” (KRAMER, 2005, p. 19, grifo da autora). Poderíamos afirmar, portanto, que a formação do professor de educação infantil é de extrema relevância no processo educativo, sendo o ponto crucial no processo ensino/aprendizagem, não baseado na técnica, mas abrangendo toda sua complexidade reflexiva de forma que atinja a transformação de ambos os sujeitos.

A formação inicial e a formação continuada disponibilizada às professoras

A Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), em convênio com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ofereceu aos docentes da Rede municipal entre os anos de 2005 a 2010, a possibilidade de se graduarem através do Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais. Em entrevista, a coordenação do grupo de EI-SMED, alegou que a principal razão para o financiamento pela Prefeitura desse curso era a exigência posta pelo PNE (BRASIL, 2001) de formação dos professores da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental em nível superior:

[...] Eu acredito que primeiro a prioridade é dada aos professores de educação infantil [...], depois dessa prioridade são abertas aos professores da rede, principalmente do ensino fundamental I. Quem já está na rede e não tem graduação em pedagogia e aí, foi dado porque [...] existe a lei que tem que a partir de 2011 todo mundo tem que ter graduação, então já há alguns anos já vem



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sempre fazendo essa formação do professor [...] (COORDENAÇÃO DO GRUPO DE EI-SMED).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais (UESB, 2005), esse curso, originalmente, tinha duração de três anos, na modalidade presencial, com 2.865 horas de carga horária total, distribuídas semestralmente.

Analisando as disciplinas dos conteúdos teóricos do curso, observamos que, das suas 1.860 horas, apenas 120 horas eram destinadas diretamente à Educação Infantil. Essa carga horária era composta por uma disciplina optativa (Música na Educação Infantil) e uma obrigatória (Educação Infantil), cada uma delas com 60 horas. Desta forma, das 39 disciplinas de base teórica existentes no fluxograma do curso, apenas duas delas eram específicas da Educação Infantil, não favorecendo, portanto, uma base teórica mais abrangente para uma preparação focada no trabalho com essa etapa, e sendo discrepante em relação ao tratamento dado às Séries Iniciais. Dessa forma, o professor não adquiria, no curso, o embasamento teórico necessário para a sua formação, apesar da nomenclatura ser também voltada à Educação Infantil.

Paradoxalmente, no que se refere ao Estágio Supervisionado, a situação se invertia e a Educação Infantil passava a ter 270 horas (Prática Docente em Educação Infantil I -135 horas e Prática Docente em Educação Infantil II - 135 horas) e o estágio nos anos iniciais 135 horas (Prática Docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - 135 horas), totalizando 405 horas de estágio. Entretanto, o professor poderia reduzir a carga horária do estágio curricular supervisionado em até 135 horas, conforme a determinação da Resolução CNE/CP 02/2002, podendo ser dispensado de uma das disciplinas de prática (UESB, 2005).

O Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais teve sua nomenclatura adequada e passou a ser denominado por Pedagogia depois que o



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

curso foi concluído em 2010, apostilando os diplomas dos alunos das primeiras turmas.

Em relação à participação em cursos (ou equivalentes) preparatórios para atuarem na educação infantil, dezesseis (16) professoras disseram que já participaram e vinte (20) disseram que nunca participaram. Quanto aos eventos relacionados à formação do professor de educação infantil oferecidos pela SMED, como palestras, oficinas, seminários e outros, vinte e seis (26) docentes disseram ter participado, oito (8) professoras disseram que nunca participaram de nenhum evento relacionado e duas não responderam a questão.

A SMED não costuma oferecer cursos para professores, em especial os de creche, pois os mesmos não podem ausentar-se das salas. Para estes restam algumas palestras e seminários realizados aos fins de semana, o que também é raro. Os professores que desejam atualizar-se geralmente procuram cursos oferecidos por outras instituições. (PROFESSORA 3)

Outra questão pertinente é quanto ao planejamento das atividades na Educação Infantil do município. Segundo a coordenadora da Educação Infantil da SMED:

[...] os professores, das turmas de 4 e 5 anos, eles planejam, eles tem o dia que a “Escola Mais” vai pra escola e eles são liberados [da sala de aula] para fazer o planejamento [...]. A partir de agora [...] eles têm um encontro com a gente por mês em a gente vai colocar aquilo que a gente considera ser interessante de ser trabalhado [...], estimulados naquela etapa, naquele mês e aí elas fazem os outros planejamentos internos. [...] não deixa de ser uma formação. (COORDENAÇÃO DO GRUPO DA EI-SMED)

Para a coordenadora, o maior obstáculo é quanto a retirada do professor da sala de aula para que esse faça os cursos de formação ou até mesmo participe do planejamento.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

[...] e vamos continuar passando mês a mês, porque hoje é difícil você tirar [...] um professor da creche ou um monitor da creche. Você, às vezes, não tem quem substitua porque você não vai tirar um só. Você vai tirar vários professores. E a creche é considerada serviço essencial e não pode ser fechada. Então a gente está tirando por idade, nós já tiramos dois anos, já tiramos três, os monitores, agora nós vamos trabalhar com [professores das salas de crianças de] quatro e com cinco anos [...] (COORDENAÇÃO DO GRUPO DA EI-SMED).

O que nós percebemos, portanto, é que, seja na formação inicial ou na formação continuada, a urgência com que foi instaurada a formação dos profissionais da educação, está acontecendo de forma aligeirada, sem qualquer continuidade e sem uma linha ideológica ou uma política que norteie essa formação. Começa a nos preocupar, assim, a profissionalização dos docentes desse nível de educação e o trabalho que estão desenvolvendo.

Os próprios cursos de formação, em parte, formam o professor de modo fragmentado, sem conseguir ao menos, fazer a relação teoria/prática para compreender o complexo contexto em que estão envolvidos. A focalização se dá, na maioria das vezes, no âmbito metodológico, na técnica. Os cursos (e eventos) não têm seguimento uma linha teórica determinada e nem fazem parte de uma proposta formativa ampla e coerente. A formação continuada, assim, quando posta em prática no município acontece de forma estanque, encontrando dificuldades na implementação de cursos para esses profissionais. Uma das dificuldades está em determinar um tempo para a formação sem que seja necessário retirar o professor da sala de aula.

Sabemos que essa situação não é apenas uma realidade do município de Vitória da Conquista. Segundo Kramer (2005), a maioria dos municípios do estado do Rio de Janeiro também não exigem formação específica prévia para trabalhar com crianças pequenas e os concursos públicos não possuem prova específica para



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

a educação infantil, sendo que ao ingressarem, normalmente, os professores são transferidos do ensino fundamental para a educação infantil.

A respeito do futuro da formação inicial e continuada para os profissionais da educação infantil a serem ofertadas pela secretaria em estudo, foi dito na entrevista que existe uma proposta, entretanto é algo novo. Segundo ela, em 2007 houve uma proposta que foi interrompida e agora será retomada. Não encontramos, porém, documentos que pudessem comprovar a efetivação da proposta citada. Isso se deve, provavelmente, à mudança de gestão.

Por fim, foi possível perceber que existe incoerência entre o que diz a secretaria de educação e o que dizem as professoras nos questionários, pois apesar de muitas delas afirmarem não ter conhecimento sobre os cursos de formação continuada promovidos pela SMED, essa última afirma realizá-los.

CONCLUSÕES

Para Bicudo (2003), a Formação do Professor possui uma importância antropológica, ao passo que lida com o ser humano, tem também significação nos lados epistemológico, ético, econômico, social e histórico. Epistemológico, pelo fato de trabalhar intimamente com o conhecimento, tanto na sua construção como no que se refere à produção no âmbito do pedagógico, abrangendo o ensino e a aprendizagem; no campo ético, por ter como finalidade a educação de outros, envolvendo aspectos de responsabilidade para com os outros; no social e histórico, pelo fato da formação do professor ser parte integrante da estrutura e do funcionamento da sociedade e da história; no “[...] Econômico, pois, em uma visão mais pragmática, a qualidade da formação do professor reflete na formação do cidadão socialmente ativo no âmbito do mundo político e do trabalho” (BICUDO, 2003, p. 11).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O município de Vitória da Conquista, de certa forma, vem oferecendo aos professores um meio de concretização da formação através do Programa feito em parceria com a Universidade Estadual. No entanto, podemos verificar que essa formação é fragilizada em relação à educação infantil. Em relação à formação continuada, essa é inexistente, pois não observamos nenhuma política consistente e constante para amparar as professoras dessa etapa.

Outro problema diz respeito ao fato de que a Educação Infantil não tem sido tratada em relação às especificidades que ela exige. Ao mesmo tempo em que se aceita a “migração” dos docentes do Ensino Fundamental sem que se estabeleçam qualquer critério relativo às especificidades da Educação Infantil também se admite professores inexperientes e professores que não possuem uma formação adequada para trabalhar com crianças pequenas.

Da mesma forma, percebemos que o município não tem acompanhado as escolhas de formação em nível superior de seus docentes, o que, sem dúvida, provocará em um futuro muito próximo um grande impacto em seus quadros e na configuração do trabalho docente, uma vez que cresce o número de professores que estão se graduando em cursos que não o de Pedagogia. Por fim, a transição demorada da educação infantil da secretaria de assistência social para a secretaria de educação no município provocou um retardo significativo nas discussões e decisões políticas e pedagógicas a respeito da educação infantil.

Fica evidente, através do posicionamento da gestão da EI da SMED, que eles priorizam mais as habilidades pessoais e isso se reflete na organização do quadro docente, pois existem profissionais graduadas em áreas diversas atuando na Educação Infantil.

É necessário termos o cuidado e a consciência de que a Educação Infantil faz parte da escolarização e, assim, é um direito de todos e deve ser oferecida com qualidade. Entretanto, é necessário ter profissionais competentes para tal,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

professores que compreendam os âmbitos que a envolvem. A formação dos profissionais do magistério é, portanto, um eixo fundamental para a qualidade social da educação. Mas como conseguir fornecer uma educação de qualidade, se as políticas priorizam a quantidade e não qualidade? Se dão preferência maior à técnica e não à formação específica para a área? Fez-se necessário, então, que a formação do docente para a Educação Infantil seja efetivamente foco de atenção nas políticas educacionais municipais.

REFERENCIAS

- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (org). **Formação de professores? Da incerteza à compreensão**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BRASIL. Lei 9.394 de dezembro de 1996. Instituí as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lex**. Brasília, 1996.
- _____. Lei 10.172 de janeiro de 2001. Instituí O Plano Nacional de Educação (2001-2010). **Lex**. Brasília, 2001.
- GATTI, B. A. Análise das Políticas Públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 57-70, 2008.
- KRAMER, Sonia (org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.
- MAUES, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, pp. 89-118. 2003.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. As políticas educacionais e a formação continuada do professor. **Revista HISTEDBR** [online], Campinas, n. 31, p. 127-141, set. 2008.
- UESB. **Resolução CONSEPE 07/2010**. Modifica a nomenclatura do Curso de Licenciatura em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental para Licenciatura Plena em Pedagogia com ênfase em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Vitória da Conquista, outubro de 2010.
- _____. **Projeto Pedagógico**: Curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Vitória da Conquista, julho, 2005.